



## Produtores rurais têm até o dia 5 de maio para cadastrar terra

Marcos Oliveira/Agência Senado



Participantes de audiência alertam para a importância do cadastro, que traz dados sobre propriedades e imóveis rurais

**A**udiência pública na Comissão de Agricultura debateu a importância do Cadastro Ambiental Rural, instrumento do governo federal para regularização fundiária e adequação ambiental. O vice-presidente da comissão, Acir Gurgacz, defendeu que os produtores sejam auxiliados pelas prefeituras no cadastramento. **3**

Gurgacz (D) e Marco Olívio Morato, que representou as cooperativas, ouvem Raimundo Deusdará Filho, do Ministério do Meio Ambiente

### Nove senadores querem evitar aumento do Fundo Partidário

Ofício protocolado sexta-feira no Palácio do Planalto pede a derrubada do reajuste de 200% no valor

destinado ao Fundo Partidário no Orçamento para 2015, conforme aprovado pelo Congresso. **2**

### Congresso examinará vetos ao novo Código de Processo Civil **2**

### Romário é escolhido relator do projeto da Lei de Inclusão **4**

### ACONTECEU NO SENADO

### Aprovação do Orçamento marcou a semana

O Orçamento da União para 2015 foi aprovado pelo Congresso, na terça-feira, com R\$ 2,67 bilhões de emendas individuais de novos parlamentares. O texto seguiu para sanção.

O Executivo agora fica obrigado a liberar até 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior para emendas de senadores e deputados — e metade desse total deve ser aplicada no setor de saúde. **4**



Renan Calheiros (à mesa, 3º à esq.) preside sessão que aprovou Orçamento

## Dados Abertos

**É simples pesquisar**

As informações sobre o Senado também estão acessíveis em Dados Abertos. Esse formato de organização do conteúdo permite a edição dos dados e sua reutilização por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Os dados podem, inclusive, ser redistribuídos livremente, estando, no máximo, sujeitos à exigência de creditar a autoria e de preservar a licença aberta.

**Senado + transparente.  
A informação ao seu encontro.**

[www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)



# Senadores pedem que Dilma vete verba maior a partidos

Parlamentares aprovaram no Orçamento reajuste de 200% nos recursos do Fundo Partidário. Para os 9 senadores que assinam o ofício, é preciso considerar o “momento de severas restrições fiscais”

FOI PROTOCOLADO NO Palácio do Planalto ofício assinado por nove senadores pedindo o veto da presidente Dilma Rousseff ao aumento de quase 200% do valor destinado ao Fundo Partidário no Orça-

mento da União para 2015.

O pedido foi levado pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Reguffe (PDT-DF), João Capiberibe (PSB-AP) e José Medeiros (PPS-MT) e conta com o apoio de Ana

Amélia (PP-RS), Lasier Martins (PDT-RS), Telmário Mota (PDT-RR), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

O Orçamento foi aprovado na terça-feira pelo Congresso Nacional e enviado ao Poder Executivo para a sanção. O texto prevê um aumento do repasse aos partidos políticos de R\$ 289,6 milhões em 2014 para R\$ 867,6 milhões em 2015.

No ofício a Dilma, os senadores se dizem “indignados” com a decisão do Congresso “em um momento de severas restrições fiscais e ainda de desconforto da população para com partidos políticos”.



Funcionário do Planalto (E) recebe Capiberibe, Reguffe, Medeiros e Cristovam

## Ordem DeMolay será homenageada em Plenário

A Ordem DeMolay, organização apoiada pela Maçonaria e dedicada à formação social e espiritual de jovens, será homenageada em sessão especial no Plenário hoje. A reunião está prevista para as 11h e será realizada a pedido

de Valdir Raupp (PMDB-RO).

A ordem é uma instituição que abrange 120 mil jovens. Os integrantes têm entre 12 e 21 anos, são orientados por maçons e devem seguir as chamadas sete virtudes cardiais: amor filial, reverência

pelos coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo.

O Dia do DeMolay é comemorado em 18 de março. A ordem foi fundada nos Estados Unidos em 1919 e se estabeleceu no Brasil em 1980.

## Gurgacz vê como “empréstimo” doação de empresa em eleição

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu uma reforma política ampla, com o fim das doações de empresas a campanhas eleitorais e o limite para doações de pessoas físicas.

— Precisamos reformar as instituições políticas, os partidos, as formas de representação política, as coligações proporcionais, enfim, precisamos de uma reforma da postura política.

Ele disse que os empresários não fazem doações, mas “empréstimos” que devem ser pagos quando os políticos assumem os mandatos.

Gurgacz defendeu ainda proposta de emenda à Constituição de autoria dele (PEC 18/2014) que elimina foro privilegiado para políticos e gestores que cometem crimes contra a administração pública. Para ele, a Constituição torna todos iguais perante a lei, e, por isso, políticos e outros gestores públicos não devem responder a esses crimes em tribunais especiais.

— A aprovação dessa PEC será uma legítima contribuição do Parlamento para combater a corrupção no nosso país.

## Alvaro Dias critica Dilma por creches feitas de plástico

Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou que, além de cumprir só 14% da meta da construção das 6 mil creches prometidas na campanha, o governo Dilma Rousseff usou material plástico para edificar as poucas unidades entregues.



Pedro França/Agência Senado

Segundo ele, o modelo foi questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. As paredes de chapa de plástico e fibra de vidro podem cair por não serem resistentes a chuvas e enxurradas. Em caso de incêndio, a fumaça é tóxica.

— O TCU diz que o programa de creches tem falhas e desperdiça recursos. Não houve um diagnóstico amplo, estruturado e prévio que embasasse o projeto arquitetônico — disse.

A decisão, diz, pode ter sido motivada pela economia de tempo, para entregar as unidades logo. O custo, porém, não é consideravelmente menor do que uma construída em concreto.

## Congresso analisará vetos para evitar trancamento da pauta

O veto parcial ao novo Código de Processo Civil (CPC) começará a trancar a pauta do Congresso a partir de 17 de abril. O comunicado foi lido na sexta-feira por Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidia a sessão plenária no Senado.

A mensagem da presidente Dilma Rousseff foi enviada ao Congresso em 18 de março e, segundo a Constituição, o veto deve ser apreciado em 30

dias a contar do recebimento. Caso isso não ocorra, ficam em aguardo as outras propostas em tramitação.

A presidente aplicou sete vetos ao texto aprovado pelo Congresso, composto de 1.072 artigos. Desses, três foram integralmente suprimidos, entre eles o que permitia converter uma ação individual em coletiva, e outros quatro tiveram cortes parciais.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO Ordem DeMolay

11h Sessão especial para comemorar o Dia do DeMolay. Às 14h, sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos.

### CDH Dia Mundial do Autismo

9h A Comissão de Direitos Humanos promove audiência interativa sobre políticas públicas para autistas.

### CCT Descontos em tarifa

9h Substitutivo ao PLS 18/2012, sobre descontos em tarifas de serviços de telecomunicações, é um dos itens da pauta.

### CMA Biodiversidade

9h A Comissão de Meio Ambiente discute o PLC 2/2015, que estabelece o novo Marco Legal da Biodiversidade.

### CAE Alexandre Tombini

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos.

### CPI HSBC

10h15 Instalação, eleição do presidente e vice da comissão sobre contas de brasileiros na filial do HSBC na Suíça.

### CE Livro dos Heróis da Pátria

11h A comissão analisa a inscrição de Maria Quitéria, Joana Angélica e João das Botas no Livro dos Heróis da Pátria.

### PLENÁRIO Sessão temática

11h O Plenário realiza sessão temática destinada a discutir o financiamento de campanhas eleitorais.

QUARTA

### CRE Planos do Itamaraty

14h30 A Comissão de Relações Exteriores promove audiência pública com o chanceler Mauro Vieira.

### CAS Saque do FGTS

9h A comissão avalia pauta com 12 itens — entre eles, o PLS 198/2014, sobre saque do FGTS em caso de doença grave.

### CDR Gilberto Kassab

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza audiência com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

### CCJ Indicação para o STM

10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa indicação do brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo para o STM.

### COMISSÃO Mudanças Climáticas

14h30 Instalação e eleição da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para 2015.

### MP 664/2014 Pensão por morte

14h30 Comissão mista analisa a MP 664, que muda regras da pensão por morte e do auxílio-doença.

### MP 665/2014 Seguro-desemprego

14h30 A comissão que analisa a MP sobre concessão do seguro-desemprego e do seguro-defeso aprecia plano de trabalho.

QUINTA

### CRE Estados Unidos e Jordânia

10h A Comissão de Relações Exteriores tem reunião deliberativa para apreciação de dois embaixadores.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Rodrigo Chia  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Acir Gurgacz (3º à esq.) defende que prefeituras ajudem produtores rurais a preencher cadastro exigido pelo governo

## Cadastro rural auxiliará na fiscalização ambiental

Cadastro Ambiental Rural terá informações sobre propriedades e imóveis rurais para regularização fundiária e adequação ambiental. Produtor rural tem até o dia 5 de maio para aderir ao instrumento

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária promoveu na sexta uma audiência para discutir o panorama atual do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento de regularização fundiária previsto no Código Florestal. Proprietários e posseiros de imóveis rurais têm até o dia 5 de maio para aderirem ao cadastro.

O diretor de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará Filho, ressaltou que o cadastro não existe apenas para fins estatísticos e ajudará os produtores rurais no planejamento ambiental e produtivo das terras. Deusdará citou outro aspecto vantajoso da adesão.

— Algumas instituições financeiras já estão pedindo o CAR como instrumento de di-

minuição de risco — informou.

O diretor, que representou o Ministério do Meio Ambiente, lembrou que, a partir de 2017, a inscrição no cadastro será obrigatória para que os produtores tenham acesso ao crédito rural.

Marco Olívio Morato, analista da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), disse que é preciso estruturar redes de apoio locais, envolvendo órgãos estaduais, que auxiliem os produtores no cadastramento. Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidiu a audiência, concordou. O senador defendeu a participação das prefeituras, que não assumiriam a responsabilidade pelo programa, mas teriam importância como interlocutoras.

— A prefeitura pode fazer a interface junto ao governo e

aos ministérios para fazer com que o CAR, de fato, aconteça e nós não tenhamos prejuízo aos agricultores por não terem conseguido fazer — sugeriu.

### Vantagens

A adesão ao CAR permitirá a verificação do passivo ambiental do produtor, ou seja, a inadequação da propriedade à legislação ambiental. Uma vez inscrito, o produtor terá acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que o ajudará a quitar esse passivo.

O Ministério da Agricultura também dará um prêmio para que os municípios ajudem seus produtores a se inscreverem no cadastro.

O endereço para o acesso ao Cadastro Ambiental Rural é [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br).

## Comissão debate hoje políticas públicas para autistas

As políticas públicas para as pessoas autistas são o tema do debate que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje, às 9h. O planeta celebra anualmente em 2 de abril o Dia Mundial da Conscientização do Autismo. A data foi definida pela Organização das Nações Unidas em 2008. Para marcar o evento, monumentos públicos são iluminados de azul, como aconteceu com o prédio do Congresso Nacional no ano passado.

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento que afeta, em graus diferentes em cada indivíduo, a capa-

cidade de interação social, a comunicação e o comportamento. Estima-se que haja no Brasil quase 2 milhões de autistas. No mundo, 70 milhões.

Não há exames médicos para diagnosticar o autismo. O diagnóstico é baseado na observação.

Estão convidados para a discussão na CDH representantes do Movimento do Orgulho Autista Brasil, do Desabafo Autista e Asperger, do Ministério da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Além do debate sobre o au-

tismo, a comissão vai analisar o projeto que cria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, antes conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A proposta prevê uma série de direitos às pessoas nessa condição.

### POLÍTICAS PARA PESSOAS AUTISTAS

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

#### ▶ Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

#### ▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

#### ▶ Taquígrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

## Seminário apresenta desafios de parlamentares novatos

Apresentar aos parlamentares federais e estaduais em primeiro mandato um panorama das atribuições diárias e dos desafios que a carreira política oferece é o principal objetivo do 2º Seminário de Assuntos Parlamentares, que será realizado hoje, a partir das 9h, na sede do Interlegis, no Senado.

Entre os palestrantes confirmados, estão o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello e o senador Vicentinho Alves (PR-TO), recém-eleito primeiro-secretário da Mesa do Senado.

O seminário é uma parceria entre a União Nacional dos Legisladores e Legislativos

Estaduais (Unale), o Programa Interlegis, do Senado, e a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel).

Trata-se de uma contribuição para a capacitação e a integração dos parlamentares recém-chegados ao Congresso Nacional e às assembleias legislativas.

## Roda de Conversa discute soluções para reforma política

A reforma política necessária para o país foi o tema discutido na terceira Roda de Conversa do ano, organizada por Cristovam Buarque (PDT-DF), na quinta-feira.

O encontro, no Auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), contou com a participação de senadores, professores, advogados e jornalistas, entre outros profissionais.

Para o senador, o importante não é chegar a um consenso ou produzir um documento sobre o tema, e sim incentivar o debate.

— Esses encontros valem muito a pena, pois servem como um exercício de reflexão, que nos ajuda a tirar ideias para o nosso dia a dia — disse.

Na opinião do cientista político Paulo Kramer, a reforma não será a solução dos problemas atuais do país.

— A política é feita por nós,

seres humanos. Não devemos ter expectativas excessivas quanto à reforma política — destacou.

Lucio Rennó, professor da Universidade de Brasília, defende que mudanças pequenas podem fazer alguma diferença no sistema eleitoral.

— Defendo uma agenda mais modesta, que pode surtir efeitos significativos. Por exemplo, a relação entre eleitor e eleito já mostra que as pessoas não se sentem representadas. Você hoje vota em uma pessoa e elege outra — questionou.

O advogado Ulisses Riedel ressaltou a importância dos encontros promovidos por Cristovam, na tentativa de discutir temas relevantes para a sociedade.

— Se essas reuniões parassem de ocorrer nós perderíamos muito, pois precisamos do debate — afirmou.



Para Cristovam (ao microfone), é importante refletir sobre temas políticos

## Congresso analisa medida que renegocia dívidas do futebol

Cerca de R\$ 4 bilhões. Essa é a fortuna que os clubes de futebol devem aos cofres da União. Uma proposta para renegociar a dívida está na MP 671/2015, publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. O exame da medida no Congresso vai começar em uma comissão especial formada por senadores e deputados.

A MP prevê que os times poderão renegociar as dívidas em 10 ou 20 anos, com regras mais flexíveis nos 3 primeiros anos. Para manter o benefício, os clubes estarão obrigados a pagar regularmente as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, além de publicar demonstrações contábeis padronizadas e reduzir progressivamente o déficit até zerá-lo.

Romário (PSB-RJ) avalia que a medida vem em um bom momento para resolver o

problema dos clubes. O senador cobrou da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) um controle maior sobre os clubes.

— Em qualquer projeto em benefício dos clubes, a gente tem a obrigação de colocar a CBF como responsável por fazer valer as leis. Se ela não fizer valer, tem que haver alguma punição. Se não acontecer isso, daqui a três ou quatro anos nós estaremos falando disso de novo.

A medida provisória determina que os clubes deverão investir mais nas categorias de base e no futebol feminino. Terão também que publicar na internet as prestações de contas, assegurar a existência e a autonomia dos conselhos fiscais e garantir a representação de atletas nos conselhos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições.



Medida provisória tem como objetivo aliviar crise dos clubes de futebol

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência volta ao Senado e, antes de ir a Plenário, passará pela CDH. Presidente do colegiado, Paim espera tramitação rápida

# Romário será relator da Lei de Inclusão

O SENADOR ROMÁRIO (PSB-RJ) será o relator do projeto que cria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, antes conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência (SCD 4/2015). O texto, de iniciativa do Senado, foi aprovado com mudanças na Câmara no início do mês e retornou à Casa há poucos dias para ser revisado. A proposta será analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), tendo Romário como relator, e de lá segue para o Plenário.

O anúncio da relatoria foi feito pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), na quinta-feira, durante o evento de comemoração do Dia Internacional da Síndrome de Down. Autor do projeto original, Paim explicou que, a depender da relatoria de Romário, a proposta pode ser votada na comissão e no Plenário rapidamente.

— Nossa intenção é assegurar que

a lei vá à sanção ainda neste semestre — afirmou.

Romário, que chorou ao saber que seria o relator da lei, prometeu mexer o mínimo possível no texto e contar com a ajuda da relatora da matéria na Câmara, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), para concluir o parecer.

— Para mim, é um grande começo, é um grande momento na minha vida política. Eu vou, dentro do que eu puder, tentar mexer o mínimo possível para que esse estatuto possa chegar logo ao Plenário. Estamos longe de ter uma política pública ideal para essa parcela da sociedade, mas, a partir deste estatuto, as pessoas com deficiência, com doenças raras, esse segmento da sociedade que é visto de uma forma diferente, principalmente, pelos nossos governantes, vão ter uma qualidade de vida melhor. É o que esperamos — declarou.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Romário (ao microfone) preside solenidade comemorativa ao Dia Internacional da Síndrome de Down

## Debate sobre Down reforça combate ao preconceito

Como presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Romário reuniu na quinta-feira entidades de pessoas com deficiência e representantes do governo, da Câmara e do Senado em um ato que lembrou o Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março.

Na companhia da filha Ivy, Romário afirmou que eventos como aquele servem para mostrar à população do que as pessoas com síndrome de Down são capazes — de trabalhar, de praticar esporte, de se expressar por meio da arte.

— Quando falamos de pessoas com necessidades especiais sempre há muito a ser feito. A gente precisa tocar os corações dos brasileiros. Fazer desabrochar esse amor que todos temos guardado, deixar de lado o medo, deixar de lado o preconceito e nos conectar ao nosso lado mais humano — disse.

O senador ainda assumiu o compromisso de levar para a Comissão de Educação o debate “para que todas as leis a serem produzidas levem em consideração as pessoas com necessidades especiais e doenças raras”.

— O único limite para alguém com Down é o limite do preconceito — alertou Romário.

O evento contou com a presença do

ministro do Esporte, George Hilton; do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro e vice-presidente do Comitê Paralímpico Internacional, Andrew Parsons; da terceira-secretária da Mesa da Câmara, deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP); e do presidente da recém-criada Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara, deputado Aelton Freitas (PR-MG). Também estavam presentes o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) do Senado, senador Paulo Paim (PT-RS), e os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Hélio José (PSD-DF).

Para o ministro do Esporte, o papel do governo e do Congresso é o de promover políticas públicas que garantam às pessoas com deficiência o amparo legal para terem uma vida plena e com oportunidades.

— Acredito que vivemos um novo momento nas relações do poder público com as pessoas com deficiência — afirmou Hilton.

Crianças e adultos com síndrome de Down fizeram apresentações culturais, como a apresentação da banda Suzileia e o Bando do Sertão, com a companhia teatral Circo de Solinha, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do Distrito Federal.

## ACONTECEU NO SENADO



Sessão do Congresso acata peça orçamentária, que incluiu emendas de novos parlamentares

## Congresso aprova Orçamento de 2015, que vai a sanção presidencial

Na terça-feira, o Congresso aprovou o Orçamento 2015, que vai ser sancionado pela presidente. Uma das novidades em relação ao texto aprovado na CMO é a inclusão de emendas individuais para os 267 novos parlamentares, empossados em fevereiro, no valor de R\$ 10 milhões por parlamentar — R\$ 5 milhões para a saúde e R\$ 5 milhões para outros investimentos. Pelo regimento, os parlamentares só poderiam apresentar emendas à proposta orçamentária de 2016.

### EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES AGORA É OBRIGATÓRIA

O Congresso promulgou a Emenda Constitucional 86, do orçamento impositivo, na terça-feira. Agora o Executivo fica obrigado a liberar até 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior para emendas dos parlamentares. Metade desse total (0,6% da RCL) deve ser aplicado no setor de saúde.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### COMBATE AO BULLYING É APROVADO PELO SENADO

O Senado aprovou em Plenário, quinta-feira, o projeto que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, o bullying. Como foi aprovado um substitutivo da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta deve passar pela Câmara com as alterações antes de ir à sanção presidencial. O texto (PLC 68/2013) tem o objetivo de prevenir e combater a prática de bullying nas escolas.

### MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE

A Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015) foi tema em três audiências em comissões do Senado semana passada. Na quinta, a Comissão de Agricultura aprovou o projeto, que será votado em outros três colegiados antes de ir a Plenário.



Neil Palmer/CIAT



Marcos Oliveira/Agência Senado

### BARBOSA DEFENDE AJUSTE FISCAL

Em audiência na terça-feira, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, defendeu as medidas fiscais e monetárias como o primeiro passo para a recuperação do crescimento. O debate foi na Comissão de Assuntos Econômicos.

### COMISSÕES PERMANENTES ELEGEM PRESIDENTES E INICIAM OS TRABALHOS

Na quarta-feira, três comissões elegeram os presidentes e iniciaram as atividades. A Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão

de Infraestrutura serão comandadas, respectivamente, pelos senadores José Maranhão, Edison Lobão e Garibaldi Alves Filho, todos do PMDB.

### MINISTRA DISCUTE AGRONEGÓCIO

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, está otimista com o setor do agronegócio, que reage bem ao ajuste fiscal do país. Em debate na Comissão de Agricultura (CRA), na quinta, a ministra disse que a pasta tem o compromisso de dobrar a classe média rural, aumentar as exportações de alimentos, estimular a capacitação dos produtores e investir em tecnologia.



Petiro Franco/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DEBATE AJUSTE FISCAL

Na quinta-feira, audiência na CDH debateu o ajuste fiscal do governo. Participaram os ministros Manoel Dias, do Trabalho, e Carlos Eduardo Gabas, da Previdência.